

---

---

# Política



1 9 2 9

---

---

Ano I

N.º 7

SECRETARIO DE REDACÇÃO — *Antonio do Amaral Pyrrant* (F. D. U. L.)

ADMINISTRADOR — *H. de Mendonça Dias* (F. D. U. L.)

EDITOR — *Fialho Barreto* (E. S. M. V.)

PROPRIEDADE — SOCIEDADE NACIONAL EDITORA, LTD.ª (Em organização)

---

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Sol a Santa Catarina, 40-A, 1.ª

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Tipografia Inglesa, L.ª — Rua Eugenio dos Santos, 118 — LISBOA

---

## SUMARIO

a Consciencia Regional . . . . .	<i>Hipólito Raposo</i>
o Integralismo Lusitano . . . . .	<i>F. da Cunha Leão</i>
à margem dum Centenário . . . . .	<i>Antonio Mendonça-Dias</i>
“Non Prevalebunt . . . . .	<i>Roy d'Almeida</i>
à margem dum Livro . . . . .	<i>L. Ramos Ascensão</i>
ao ritmo da Ampulbeta . . . . .	

---

## ASSINATURAS

(Cada serie de 10 numeros)

Continente e Ilhas .....	10\$00
Provincias Ultramarinas .....	15\$00
Estrangeiro .....	20\$00

Numero avulso 1\$50

---

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

# Política

REVISTA QUINZENAL

ORGÃO DA JUNTA ESCOLAR DE LISBOA DO INTEGRALISMO LUSITANO

Director — A. de Mendonça-Dias (F. S. U. L.)

Lisboa, 30 de Setembro de 1929

## a Consciencia Regional

**D**ESDE que, há tres annos, foi dispensada a expressão tumultuária do parlamento, não cessaram os bons democratas de chorar sobre essa amputação que atingiu, de facto, o mais gangrenado das *tres poderes* do Estado. Suprimido o ponto de convergência das atenções gerais, deslocado para o governo o centro da vida politico-administrativa, parece que a Nação voltou a encontrar-se a si mesma e as corporações locais e regionaes, livres de tutela absorvente, compreenderam que deviam tornar-se senhoras dos seus destinos, provendo ás necessidades e promovendo os interesses colectivos. Renasceu a iniciativa, porque contra ella não se levantam a opposição e desvirtuação systemáticas; sente-se que a vida local vai despertando á vez do hem comum, o que difere da actividade em beneficio de um partido contra os homens de outro. Esta curta experiência de Ditadura, embora incompleta e imperfeita, contraprova a certeza de que, *praticamente*, em regimen constitucional toda a vida da Nação paraliza ou se comprime na escuridão a uma assemblia de ambiciosos, de irresponsaveis e de ignorantes, na sua maior parte.

Quanto mais *constitucional* tem sido o Estado mais anarquizada se tem mostrado a Nação. Procurou-se impôr-lhe uma construção abstrata que repugna á realidade historica, politica e social do Povo Português; em vez do Estado, expressão juridica da Nação decretou-se o Estado-conformador da Nação, traduzindo-se nesta inversão de termos toda a violencia e todo o absurdo de cem annos de desordem administrativa e de luta civil. O sintoma mais seguro de que a Nação Portuguesa quer viver e tomar a direcção dos seus destinos, não o vejo eu na melhoria e alargamento da viação, nas reparações de edificios, na construção dos coretos: surpreendo-o na alegria do trabalho novo, no entusiasmo com que se restabelecem usas, se reerguem pelourinhos, se generaliza o posto das artes e industrias populares, no amor, enfim, com que se exaltam as pequenas pátrias da montanha, do mar e da terra etc.

## POLITICA

Até aqui, por muitos que sejam os reparos e reservas a fazer á complexa acção da Ditadura, é certeza adquirida para juizes de boa fé que ela sobreleva em resultados de interesse colectivo a oratória politica de muitos anos de parlamento.

Acceptando como boas estas conclusões, não se renuncia a afirmar, mais uma vez e sempre, que não seja util e necessária a representação nacional. Ninguém se nega, mormente nós que da natureza limitada da Monarquia fazemos um artigo primordial da nossa aspiração politica, preconizando a representação natural, organica, nacional, e não a ficticia, dissolvente ou partidária, que se diz, anti-nacional. Normalmente consultiva, por excepção deliberativa, para que seja possível uma acção de governo com a maior effcacia na virtude da continuidade; uma esmara nacional de cooperação e não de competição; uma expressão de harmonia de interesses e não uma feira de vaidades e ambições, um foco inextinguível de discordias; uma seleção de valores intellectuais e morais e não um rebanho de aventureiros já vendidos ou a vender aos plutocratas internos e internacionais.

Mas não foi só nas actividades locais, na capacidade do trabalho que a vitalidade nacional se denunciou; ela tornou-se ainda mais patente na prova, na dura prova dos sacrificios aceites, e suportados com uma confiança heroica, roubando-se á boca e ao bem-estar dos filhos em cada lar as migalhas que hão-de reconstituir o tesouro que os maus politicos desbarataram, pagando a penúria, de hoje as opulencias e prodigalidades de hontem...

E benditos serão os fados, se desta sujeição voluntária á pobreza e á miseria, Portugal-Lázaro se levantar das pedras da rua aonde lhe tem vindo a cuspir diplomatas sem educação e a judiaria dos financeiros sem escrúpulos.

Podê o futuro trazer o que quizerem, o próprio dilúvio democrático de sangue e de lama, que já alguma vantagem adveio desta experiencia: a convicção de que, em qualquer tempo, com a mesma terra e a mesma gente, é possível fazer o milagre que um estrangeiro illustre cá veio encontrar há pouco na alternativa do crime que ele supunha ver traduzida nas medidas financeiras da Ditadura.

Ainda há poucas semanas, assistindo ao VI Congresso das Boiras, pude observar e avaliar a coesão admirável de um grande grupo de concelhos que mandaram á exposição os seus mostruários, ostentando orgulhosamente, como se fossem symbolos heráldicos, os productos do seu trabalho, desde os teares primaveis aos lanifícios mais perfectos, a industria domestica de Vila de Rei, ao lado da perfeição fabril da Covilhã. Vi gente do povo, aos milhares, admirada e contente, diante da glorificação que ali era feita ao trabalho mais humilde e obscuro,

ensinando-a a melhor conhecer e amar os artefactos do seu uso, muitas vezes obra das suas mãos; e todos esses artífices compreenderam e sentiram, através daquela demonstração concreta, a solidariedade criadora dos seus esforços.

Por último, não quero esquecer este exemplo persuasivo: vi homens das mais opostas concepções políticas unirem as suas vontades e intelligencias no estudo dos problemas daquelas terras e daquelas gentes beí-roas. Todo este milagre foi possível, porque estava suspensa a chamada *actividade política*: mortos, ao menos intencionalmente, os partidos constitucionais, avultavam á vista de todos, as realidades permanentes da Terra e do Trabalho. Aqueles que o Partidarismo separava, a Terra maternal os unia, tornando ali bem evidente que as fricções impossibilitam a unidade moral, cívica e politica da Nação.

Não combatamos os partidos, só porque eles são perdulários ou fautores de corrupção: odiemo-los como formações activas de discórdia, como reus de guerra civil. Em favor deles, e em defesa (!) deles, nenhum valor pode ter o velho e especioso argumento de que a autonomia provincial e regional perturba ou afecta a unidade nacional.

A Provincia, a Região, o Municipio, a Freguesia, por mais alto que se elevem e por maior prosperidade que alcancem, nunca podem dissociar-se, jamais dispõem do todo nacional, somam-se sempre no corpo e na alma da Nação, como expressões da variedade na unidade; ao contrário, os partidos políticos, agregados inorgânicos, são o somatorio das ambições individuais dos adeptos, e, pela maioria parlamentar, dispõem dos destinos colectivos a beneficio próprio, sem sanção nem responsabilidade alguma. No plano restaurador de Portugal, a autonomia do Municipio é a morte do influente, o desenvolvimento colectivo da Região aniquila o cacique, a instauração da Provincia suprime o deputado, e o bem público exige que para sempre se dissolvam os Partidos Politicos e os seus chefes, na mesma poeira de inutilidade. Lutar por tal designio é o primeiro dever da nossa cruzada; alcança-lo será ganhar em realização o triunfo já definitivo da nossa vitória em pensamento.

*Hippolyte Raposo*

---

Réunissez les hommes en une foale, faites-les sentir, penser, parler ensemble, dans un grand spectacle ou dans une réunion publique: il est bien rare que de ces impressions ou de ces efforts collectifs il sorte une idée originale, un sentiment supérieur. La mise en commun des facultés humaines aboutit trop souvent à ce qu'elles soient abaissées. Il se fait, entre les meilleurs et les pires, un rapide nivellement. Ce qui résulte de la vie solitaire des multitudes ce sont les résolutions ou les œuvres moyennes, les copies, les plagiat, les redites, toutes les formes de la médiocrité.

CAMILLE JULIAN

# o Integralismo Lusitano

## ideia do nacionalismo português

**N**o campo desordenado da sociedade portuguesa contemporânea o Integralismo foi qualquer coisa de nacionalmente lógico, de completo, de consciente.

Concretização máxima das aspirações nacionais nele ganharam ordem, coordenação e unidade.

No meio da desorganização geral que a democracia criara nem ao menos existia um escol conscientemente nacionalista que servisse de penhor e garantia à nossa maneira de ser de povo secularmente livre.

Durante 100 anos soprara como rajada peçonhenta o liberalismo valorizando no máximo os nossos defeitos latinos. E a Monarquia foi destruída por este regimen estruturalmente anti-nacional.

Caíu a Monarquia não por falta de pessoas dizendo-se monarchicas nem dum grande sentimento monarchico nas provincias.

Caíu vazia de espirito, óca de ideas como cúpula a que lentamente falhasse o edificio que a sustinha.

De que valia ser monarchico o solo, se as paredes do edificio governativo progressivamente lhe falhavam à mingua de virtudes nacionais e de virtudes monarchicas?

Como é que a engrenagem do Estado podia deixar de cumprir a sua conclusão mecânica: a Republica?

Por isso a Monarquia era um fecho desarmonico no edificio a que a *Carta* servia de pedra angular.

Filha da Revolução Franceza era justo que um barrete frigio e não uma coroa occupasse o vértice da hierarquia governativa.

Assim a República não passou de um fructo naturalissimo daquela árvore enxertada em Portugal por um rei americano a quem o nosso espirito era por assim dizer desconhecido segundo o próprio Oliveira Martins; enxertada a árvore exótica por um rei illegitimo monarchico nominal se encarragaram de a fazer vingar.

E veio a manhã tumultuosa de 5 de Outubro de 1910...

Os erros liberais agravaram-se e a nação dos partidos, a nação anti-naturalmente dividida em correntes de opinião acabou, de aniquilar com bárbara sanha o que existia ainda de organico, de celular, de vivo no corpo doente da Pátria.

A Religião Católica que faz parte integrante do espirito português recebeu acometidas selváticas, enfraqueceram e desorganizaram a Família. Divulgaram um simulacro de moral cujos pessimos resultados todos nós conhecemos.

Acentou-se o Capitalismo duma forma irrefreavel a par duma in-

dustria 100 annos atrazada, duma agricultura descurada e do operariado criminosamente desprotegido.

O regionalismo perdeu a consciencia instabilizado no balancé da politicoque que dividia a Nação, os Municipios, as Paroquias e até as Familias. As ruinas que a Democracia causara eram evidentes. Todos os bons portuguezes as sentiam mas quasi ninguem na confusão geral das ideas atinava claramente com as causas e com os remedios. O nacionalismo dos varios nacionalistas não passava geralmente dum sentimento sem aquelas bases inabalavelmente lógicas, e positivas que os integralistas lhe deram. Havia aspirações regionais e colectivas embora calcadas pela tirania dos partidos. Havia classes descontentes, tradicionalmente de sentimento, messianismos vagos a par dum desconhecimento lamentavel das nossas instituições historicas no meio da desorientação profusamente espalhada por criticos e scepticos.

O Integralismo veio dar corpo a todas as aspirações da alma nacional; integrar as ansias sub-conscientes da Raça; veio racionalizar o sentimento monarchico; mostrar o valor vivo da tradição como arvore, que só de remotos interscóios esbracejando através do tempo e do espaço para florir e frutificar eternamente, todas as Primaveras com nova beleza, numa continuidade natural e harmoniosa.

A questão social que sacode as grandes nações industriais tem a sua satisfação equilibrada na doutrina integralista dentro dum estado justo e cristão. Regiões e classes não encontram representação e, robustecidas pelo cooperativismo formam organismos activos coordenados pela realza na mesma finalidade una do bem e harmonia nacional.

E' o nacionalismo integral em que tudo se conjuga de forma que pela sua diversidade aproveite à unidade dando esta àquela por sua vez o seu cimento coordenador e bemfazejo.

Desta forma a Nação constitui um corpo vivo cuja acção é a resultante perfeita das funções particulares dos seus orgãos que se complementam harmoniosamente de modo a sem esforços concorrerem todos unidos numa finalidade comum que a todos simultaneamente aproveite.

Sistema organico e portanto natural, cristão e portanto justo na situação das classes e na inter-limitação dos poderes monarchico e por isso continuo, estavel e coordenador *tradicionalista* e portanto naturalmente renovavel o Integralismo pesquisou na historia e no sentimento português aquilo que era genuinamente nosso e proprio ao nosso modo de ser fundindo-o num corpo uno, da máxima pureza, da máxima harmonia, de autêntica estrutura lusitana.

Muitos portuguezes, contudo, ainda não tiveram o arrojo de concluir francamente, de admitir a inter-relação dos principios que correlativos se exigem mutuamente.



## UMA IDEIA INFELIZ

### à margem dum Centenário

**N**a vila da Praia da Victoria comemorou-se a 16 de Agosto próximo passado o 1.º centenário da batalha travada entre as forças navais de el-rei D. Miguel I e as do liberalismo.

*Comemorar uma batalha ferida entre irmãos, relembrar festivamente o que nos divide, é falta de patriotismo e de inteligência. Contra a comemoração protestamos: a batalha da Praia da Vitória marca, quanto a nós, apenas uma etapa da desnationalização e decadência de Portugal.*

*E' pois a mãos ambas que aplaudimos o inteligente protesto que transcrevemos do Autodesico brilliantie semandrio que se publica em Vila Franca do Campo. Ao nosso querido director que o firma, um abraço pela sua sobre attitude.*

N. R.

**A**INDA não vão longe as comemorações festivas do centenário da batalha da Praia e ainda se ouve, embora mal distincto, a diluir-se na curva do esquecimento, o alvoreço quasi unânime com que a imprensa aporiana, com trabalho e com método, em successivos artigos, quiz reavivar na memoria do povo, uma victoria que o povo nunca comprehendeu, que foi ganha contra a grei portugueza cristã e tradicional, victoria de ideias extranhas para beneficio dinástico dum rei estrangeiro.

Comemorar festivamente altos feitos de Portugal cristão e nobilissimo, empresas alevantadas da boa linha portugueza, daquela velha linha tradicional interrompida ha um século, embora conservada com nobreza e com aprumo pela melhor parte de Portugal, velhas e boas familias portuguezas, recolhidas nos seus solares isolados, com a sua crença e as suas tradições, é de facto dever, de que se não pode nobremente esusar quem quer que seja, dever de todos nós portuguezes modernos, filhos e netos dos portuguezes antigos.

Comemorar as nossas victorias é querermos ser portuguezes, revivir na intelligencia da nossa grei a memoria das suas boas empresas e de bom costume, são e construtivo, relembrar glórias, edifica e nobilita, mas victorias só portuguezas, empresas só dos nossos soldados e dos nossos marinheiros, victorias só ganhas por nós e nunca contra nós, por nós e só por nós sem apoios extranhos, que esses aviltam, desnobilitam e tudo desmerecem.

Que possue de construtivo, comemorar uma batalha travada entre portuguezes, numa luta interna que repugna e que enoja, por quanto teve de contrario á Igreja e á Nação, pervertendo e destruindo todo o



E acotam parte das idéas nacionais renunciando a outras.

De modo que na Contra Revolução portugueza pululam nacionalismos incompletos de maior ou menos gradação segundo os individualismos mais variados.

Dois fracos não reza a Historia e as soluções intermediarias nunca passaram de paleativos de effeição mediocre sem espirito nem beleza decididas.

Maxima expressão, limite do nacionalismo. Ideia do nacionalismo (de que todos os outros nacionalismos não passam de participantes, de nacionalismos covos) merece pois o apoio de todos os portuguezes integros e ouzadamente patriotas crentes ainda no *reaportaguezamento* de Portugal e portanto na solução nacional da crise politica que, durante um século abalou a querida e gloriosa terra que nos serviu de berço.

*Francisco da Cunha Lobo*

---

«La maladie de la politique... Si l'on se représente tout un peuple s'occupant de politique, et depuis le premier jusqu'au dernier, depuis le plus éclairé jusqu'au plus ignorant, depuis le plus intéressé au maintien de l'état de choses actuel jusqu'au plus intéressé à son renversement, possédé de la manie de discuter les affaires publiques et de mettre la main au gouvernement; si l'on observe les effets que cette maladie produit dans l'existence de milliers d'êtres humains; si l'on calcule le trouble qu'elle apporte dans chaque vie, les léses fausses qu'elle met dans une foule d'esprits, les sentiments pervers et les passions haineuses qu'elle met dans une foule d'âmes; si l'on compte le temps enlevé au travail, les discussions, les pertes de force, la ruine des amitiés ou la création d'amitiés factices et d'affections qui ne sont que haineuses, les délations, la destruction de la loyauté, de la sécurité, de la politesse même, l'introduction du mauvais goût dans le style, dans l'art, la division irrémédiable de la société, la débauche, l'indiscipline, l'énerverment et la faiblesse d'un peuple, les défaites qui en sont l'inévitable conséquence, la disparition du vrai patriotisme et même du vrai courage, les fautes qu'il faut que chaque parti commette tour à tour à mesure qu'il arrive au pouvoir dans des conditions toujours les mêmes, les désastres et le prix dont il faut les payer; si l'on calcule tout cela, on ne peut manquer de dire que cette sorte de maladie est la plus funeste et la plus dangereuse épidémie qui puisse s'abattre sur un peuple, qu'il n'y en a pas qui porte de plus cruelles atteintes à la vie privée et à la vie publique, à l'existence matérielle et à l'existence morale, à la conscience et à l'intelligence, et qu'en un mot il n'y eut jamais de despotisme au monde qui pond pût faire autant de mal.»

PUSTEL DE COULANGES

## POLITICA

Portugal antigo e cristão? O que representa digno de exemplo e para lembrar todo esse conjunto de lutas que dividiram o velho Portugal em duas parcelas, uma batendo-se pelo Altar e pelo Trono, a outra com as suas armas contra a Igreja e aparentemente só contra a Igreja, porque era cedo ainda para destruir o velho regime de oito séculos que deslocado logo da sua verdadeira directriz, mais tarde só bastou mudar de nome para se extinguir?

Dessas lutas ficou-nos a carta e herdamos o parlamento e começos a derrocada, o desprezo pela hierarquia, as revoltas; e, passado um século da longa e penosa experiência, transformada a representação do povo em meios de guindar, de subir, de trepar, de expoliar, tornadas as sessões da camara em banquetes modernos, fazendo de São Bento a *loca* onde lentamente se ia preparando com um saber perverso a ruína social e economica de Portugal, uma nova revolta se deu, sem luta, vinda do norte bem preparada, com razão e com justiça e o parlamento fechou-se; alguns deputados vertoram lagrimas pelos *principios*, lagrimas falsas por um negocio que acabava, mas as portas do parlamento foram fechadas e estão fechadas. Os *principios*, aqueles principios herdados das lutas que dividiram Portugal em duas partes, ficaram a dentro das portas fechadas e gradeadas do parlamento, mas velhos problemas portuguezes economicos e de proveito immediato foram resolvidos com honradez porque num dia de boa sina as espadas e as baionetas portuguezas se compenetraram do seu dever secular que parecia já esquecido no rodar de um século.

A comemoração da batalha da Praia relembra tristemente lutas entre portuguezes, foi a comemoração dum movimento que nos destruiu, que nos diminuiu, porque nos dividiu e para a boa parte de Portugal os recentes festejos comemorativos são mais qualquer coisa a esquecer, para além daquilo que já esqueceu, desde os idiaes e os principios, a propria memoria dos factos.

Não a devíamos comemorar, devíamos esquece-la.

Lagoa das Furnas, Agosto de 1929.

Antonio Alcantara de Mendonça Dias

---

Aquelles modas com que o *Papavo* vicentino — esse grande fidalgo dos montes — penetra e sala na câmara da saliba, bastam para mostrar-nos como Portugal foi a menos feudal das terras da Europa e como era viva entre nós a grande tradição da democracia real.

As nossas ultimas liberdades perderam-se, porém, no dia em que alguns ideologos de mentalidades pervertidas nos intoxicaram de *Liberdade*.

AFONSO LOPES VIEIRA

# "NON PREVALEBUNT"...

## o Acordo de Latrão e o imperialismo fascista

1 — AS PEÇAS DUM PEQUENINO PLEITO

**N**o primeiro número da «Política» registou-se a assinatura do Acordo de Latrão, pouco antes efectuada, com um pequeno eco de que a «Seara Nova», no seu n.º 159 de 2 Maio passado, transcrevia o seguinte:

*«Um significado apenas desejávamos realçar devidamente:*

*O Acordo de Latrão limpa certas asperezas do imperialismo fascista. Por ele a Itália integrou-se na mediana e latina República Cristiana».*

A transcrição era acompanhada dum comentário, feito com desusada impertinência, e do qual transcrevemos o período essencial:

*«Pondamos de parte quaisquer comentários à medicinalidade destes jocos, para lhes pedir, simplesmente, que nos digam quais foram as asperezas do imperialismo fascista que o acordo com a Santa Sé fez desaparecer».*

No n.º 3 da «Política» castigava-se devidamente, não a impertinência do pedido, mas da forma tóla em que era feito e do comentário que o acompanhava.

Para o bom juízo dos nossos leitores transcrevemos também a parte essencial do que então dissemos:

*«...mas como na realidade o assunto do seu pedido, vale por si próprio, no próximo número, visto que o espaço de que dispavamos hoje é bem pouco, nostraremos simplesmente como nos pede... que o Acordo de Latrão limpa certas asperezas do imperialismo fascista».*

É possível que tivéssemos sido severos, única maneira aliás, de responder à valdade idiota de quem, sem possuir autoridade moral, nos pretendia relegar à humilde condição de mocinhos de escola perante a fôrula do mestre. Velhos usos lá da casa... Restava pois à «Seara Nova» aguardar a satisfação do seu pedido, para então dizer de sua justiça. Com espanto nosso, três dias depois o n.º 162 da «Seara», de 23 de Maio, voltava à carga num eco que não resistimos a transcrever quasi na íntegra, tão fielmente nele se recorta o singular perfil moral do nosso antagonista:

*«Dessa importância devias nos rapazes da «Política» mesmo para brincar com alguém é preciso supôr-lhe alguma alguma merecimento, e nós julgámos, sinceramente, que os jovens integralistas de Lisboa, tinham mais inteligência e mais nobreza do que certos garotos de Coimbra. Afinal da mocidade têm, apenas, a impertinência, e como não estamos para perder tempo a educá-los, não nos referiremos mais aos que por certo não mereceram nunca tanta simpatia como nós a António Sardinha. E quando dizemos a António*

*Sardinha, podemos dizer, seu dúvida, Hipólito Reposo e Manuel Maria*  
*que tem forçosamente senão consideração pelo nosso talento, respeito*  
*pelo nosso carácter».*

Estivimos para requerer um exame clínico ás faculdades mentais do nosso interlocutor. Se podemos passar em claro certas incoerências, como a de ora afirmar estar brincando connosco, ora nos fornecer argumentos, que julga podermos modificar o nosso ponto de vista; se podemos limitarmo-nos a sorrir com indulgência, perante aquella referência inoportuna e descortez a rapazes de Coimbra, que aliás só podemos tomar como entendendo-se com a gente do Centro Republicano Académico; merece-nos, pelo contrário, a mais severa censura o impudor com que é invocada a memória de Sardinha, por quem não soube manter-se fiel à memória querida do Mestre.

Mas o que mais tristemente nos impressionou, em tudo isto, foi a manifesta incapacidade do nosso antagonista apreender o alcance das nossas palavras, o nervosismo histórico que o levou a opôr argumentos sobre argumentos a um ponto de vista que ia ainda ser exposto, como menino que, tendo decurado duas regras cujo alcance lhe escapa, recela ser apanhado com a lição em branco.

Que apereças teriam sido limadas no imperialismo fascista?!

E por aí andou sem atinar, ora tateando pelos lados dos programas de ensino religioso nas escolas, ora pelos lados duma suposta concepção directriz do fascismo, perdendo-se na minúcia inútil, na impossibilidade de abraçar, numa visão de conjunto, o significado geral do facto.

Porque logo de princípio nos apercebemos disto é que afirmámos:

*«Se... ficar elucidado extão e com a consideracia sossegada, melhor, se não ficar elucidado, também não se perde nada por isso».*

Tínhamos compreendido a inutilidade de lhe responder directamente.

Essa inutilidade tornou-se em impossibilidade manifesta, atenta por um lado a posição perante nós assumida pelo nosso adversário, e por outro lado o procedimento da «Seara Nova», recebendo os números da «Política» que lhe eram enviados, mas esquecendo-se da permuta respectiva.

Aí ficam pois, senão na íntegra, pelo menos tôdas indicadas as pegadas do pleito.

As considerações que vão seguir-se, são o desenvolvimento do pensamento por nós expresso no pequeno eco que deu origem à questão.

Se de qualquer forma elas respondem às dúvidas da «Seara», é pela própria natureza do assunto, não porque seja intenção nossa.

E porque assim é, é que deixámos passar entre o segundo eco da «Seara» relativo ao assunto e estas linhas, o lapso de tempo decorrido.

(Continúa).

*Ruy d'Alcargem.*

## á margem dum Livro

**N**ão é nossa intenção fazer propriamente um estudo crítico do último livro de António Sardinha, que para tanto nos falta a competência. Limitamo-nos a fazer uma síntese do que nele se contém, acompanhada de algumas reflexões. Essa síntese, por si, demonstrará o valor do livro.

Creemos que o melhor livro de ensaios de António Sardinha, é o «Ao princípio era o Verbo». «Na feira dos mitos» é uma colecção de artigos de jornal, que se leem com o maior interesse e que melhor revelam o espírito brilhante e cheio de vivacidade de António Sardinha que na lufa-lufa da agitação jornalística conseguiu deixar obra para o tempo, conservando o sabor da hora de febre em que foi escrita.

«Da hera nas colunas» é um livro de ensaios, mais profundo, portanto, filiando-se directamente no «Ao princípio era o Verbo» e no «A sombra dos pórticos». O interesse está também na variedade dos assuntos e na segurança com que Sardinha os trata, não com o ar enfatuado de certos eruditos, mas comunicando-lhes a própria alma e arrastando o leitor pelo dom de entusiasmo que punha nas suas palavras. Era uma inteligência em acção, de uma cultura verdadeira, prometedora das mais ricas colheitas...

Vejamos, pois, do que trata o último livro de António Sardinha, que examinaremos capítulo por capítulo.

### A CRISE DO ESTADO

Foca-se agudamente o problema da crise (que até já é reconhecida por teóricos redardatários do Direito) que atravessa o Estado moderno, filho da Revolução, com fundamento jurídico no código civil e fundamento político na ideia dispersiva do cidadão. Fundamento social... a Revolução ignorou-o. Aquilo a que Daniel Morin chama a «revolta dos factos» denso — e o Estado moderno debate-se com a formação, á margem do direito feito e da sua própria estrutura jurídica, dos vários agrupamentos humanos, sindicais ou regionais. Consequências da vida moderna, como pretendem alguns? Não. O que sempre existiu e que a Revolução quis destruir, para só reconhecer o indivíduo. Mas as exigências da vida social foram mais fortes do que as abstrações legais dos filhos da Revolução, e hoje o Estado ou reconhece esses agrupamentos, integrando-os na sua estrutura, ou abdica da sua função... e é a anarquia.

Esta tendência moderna e irreprimível é a negação do Estado democrático, condenado á morte, e a sua primeira manifestação apparece na Constituição do Reich, onde se promulgam sobre a propriedade, o direito de associação religiosa e o sindicalismo disposições que nos ensi-

## POLITICA

nam que «o tempo das declarações simplistas, género Direitos do Homem, se vai distanciando cada vez mais e que a noção exclusivamente política do indivíduo se começa a sobrepôr a sua concepção social.»

E o liberalismo que cá, e à legalidade estabelecida opõe-se a necessidade da Ditadura que seja intérprete das novas e eternas necessidades.

A doutrina de Emeine, «teólogo laico» da Democracia, cujos sofismas são enérgicamente denunciados em «Le Romantisme juridique», de Luís Bourguès (livro que, pelo menos, os estudantes de Direito deviam conhecer), as hesitações que por vezes surgem num Posada ou num Gabriel Morin, são contrabalançadas por Duguit (cujas doutrinas, demasiado desprezadoras do indivíduo, repellimos em grande parte) que sobre o sindicalismo afirma não ser uma simples transformação da classe operaria, — estendendo-se a todas as classes sociais e tende a coordená-las num feixe harmónico.»

Deixemos de lado as considerações que estas palavras sugerem, respeitantes à necessidade de um coordenador pessoal, para o qual convirja esse feixe e que personifique a unidade do Estado, cada vez mais necessária, no pluralismo das formações orgánicas.

Salientemos apenas, com António Sardinha, que todas estas tendências anti-democráticas, ou assentam nos princípios cristãos e tradicionais, ou condenam o indivíduo ao despotismo burocrático dum Estado novo, surgido dos escombros dum Estado em permanente contração com as necessidades sociais. Como António Sardinha, distingue-se entre a sociedade e o Estado, de forma a não padecermos mais, «nem da fragueza da autoridade central, nem da afluente opressão burocrática, em que as livres iniciativas criadoras morrem estranguladas à nascença.»

Seja como for, o que se verifica é que o individualismo morre, substituído pelo conceito superior de «solidariedade.»

### **NACIONALISMO GALEGO E LIRISMO PORTUGUÊS**

Encostado a Menéndez Pidal e a Menéndez y Pelayo, António Sardinha destaca a profunda originalidade do lirismo galaico-português, que prova bem a personalidade dos povos desta região. Já Ribera y Tarragó, grande arabista espanhol, tinha demonstrado a anterioridade do lirismo dos mouros andaluzes sobre o lirismo provençal, ligando-se aquele com a poesia do noroeste da Península.

O carácter popular da poesia, «um claro fondo de melancolia vaga, misteriosa e sonadora», a ausência de sentido guerreiro, que tanto assinala o *Amadis*, a existência do «segredo», que não se encontra entre os provençais, o culto da mulher, — são características essenciais da poesia dos ocidentais da Península, que a distinguem profundamente da poesia castelhana ou provençal.



Todos os factos conspiram a favor desta tese da personalidade irredutível dos galaico-portuguezes: é o priscilianismo, é a vida rural tão própria, que impressionou Menéndez y Pelayo e Alberto Sampaio, são as romarias, é a luta com os romanos.

Foi no norte do Douro que nasceu Portugal, ou, na expressão de António Sardinha, essa região foi a «célula focunda donde irradiou Portugal», e assim ficam intimamente ligados os problemas das origens do nosso lirismo e da origem da nacionalidade portugueza.

Procura então Sardinha determinar a razão por que a Galiza, no sentido actual, não seguiu o nosso rumo, embora entre ela e Castela nunca houvesse entendimento. Várias razões se apresentam: a superioridade intelectual da Galiza de Santiago de Compostela sobre o condado portugalense, as rivalidades entre a Sé de Braga e a Sé de Compostela, a affluência constante de estrangeiros ao túmulo do apóstolo e enfim toda a influencia do grande bispo Gelmirez. Os destinos históricos collocam-nos neste pé: Portugal sem a Galiza, por um lado; Castela com a Galiza por outro.

E depois de mostrar mais uma vez o com poderosos argumentos as profundas razões da nossa existência de povo livre, o autor de «O Território e a Raça», não se cingindo a um patriotismo (patriotismo) affixante e sem horizontes, é em nome da própria grandeza de Portugal que de novo insiste no sentido ao da civilização peninsular, que tem o seu prolongamento magnifico na América do Sul e que nos dá a esperança legitima de um dia vêr-mos no Atlântico o «mare nostrum».

O que temos nós feito nesse sentido? Ainda existe um Estado portuguez, que pense, veja e actue? Parece que não, pois que o Brasil, a extraordinária criação de Portugal, cada vez se separa mais de nós, ao passo que a Espanha inteligentemente prossegue na sua politica de aproximação com os povos americanos a que deu origem, como se viu ultimamente na realização formidável da Exposição de Sevilla.

Vamos, que é tempo. Ao Estado portuguez, ao Estado zelador intelligente dos destinos nacionais, compete este grande papel. Mas em bem sei o que é necessário para o cumprir bem... O leitor tem a certeza de que existem as condições necessárias para não se caminhar ao azoço, nesta vida miserável do dia a dia, em que já não se acarinha um plano de futuro, em que não se está seguro do dia de amanhã, em que o poder é disputado por todos os aventureiros e ambiciosos, porque a sua frequência assim o permite?

#### AS «CARTAS» DA FREIRA

Quando este notabilissimo estudo foi publicado na revista *Nação Portuguesa*, por sinal acompanhado dum belo soneto também de António Sardinha, foi grande a sensação causada. António Sardinha esclarecia o caso das «*Letras Portuguezas*», argumentando admiravelmente o

## POLITICA

favor das seguintes conclusões: as cartas foram originariamente escritas em francês; foram escritas por um homem.

A lição extraída dos factos assim apurados era a da influencia da sensibilidade lirica dos portuguezes, que se documenta em estádios successivos no *Asadís*, na *Mémina e Moça* e na *Diana*, sobre a Europa, sensibilidade tão característica que levou o ignorado autor das *Cartas* a attribui-las a uma portuguesa, como mais perto de nós Elisabeth Barrett Browning deu ao seu livro de sonetos o título de *Sonnets from the Portuguese*, cuja música, como dizia um crítico inglês, Stedman, «nos desce dama atmosferas mais altas e mais puras do que a do Cisne do Avon.»

Sardinha, neste trabalho, dá corpo e consistência ao que a intuição de Rousseau, Herculano e Camilo tinham adivinhado e depois entenderam também vários críticos francezes da *Revue des deux mondes* e da *Revue critique*.

Já a difficil, semto impossivel, versão das cartas para portuguez, em que falharam lamentavelmente Filinto Elísio, o Morgado de Mateus, Picheiro Chagas e Leociano Cordeiro, tinha levado alguns autores, como o Conde de Sabugosa, a supor que a Freira de Beja as tivesse escrito em francez. Mas esta hipótese não tem fundamento, pois a pobre franciscana não podia ter cultura para tanto, e o exame intrínseco das cartas, afasta, realmente, para muito longe a hipótese de ser ella a sua autora.

Há ainda um ponto sujeito a controvérsia, qual é o de saber se os celebrados amores com o conde de Chamilly existiram na realidade. E' o único ponto em que se pode hesitar, embora o que historicamente se sabe da freira seja só em abono das suas virtudes.

Mas despossada da autoria de cartas tão pretenciosas e enfáticas, que a sensibilidade avariada do ultra-romantismo tanto exaltou, nem por isso a freira, como simbolo, e o lirismo portuguez ficam diminuidos, pois *enerifica-se assim que criámos uma norma de sensibilidade que levou o século XVII francez a usar como locução proverbial sensível como uma Portuguesa.*

Só um grande espirito como o de António Sardinha, podia escrever este ensaio e tirar d'elle a magnifica lição que tirou.

### AS QUATRO ONÇAS DE GIRO

E' um estudo notável em que se desfazem as opiniões preconcebidas de Oliveira Martins e Anselmo de Andrade sobre o censo que D. Afonso Henriques se obrigou a pagar à Santa Sé, no alvorecer da nossa independência. As interpretações sectárias d'este acto, contrapõe Sardinha luminosamente a única interpretação admissivel para quem conheça os factos e compreenda a época.

Para melhor fundamentar a sua opinião, António Sardinha estuda as teorias politicas medievais, apreciando as relações entre a Igreja e o

Estado, e a diferença entre o velho e restrictivo conceito pagão e o conceito universalista de Cristandade que permitiu a constituição duma verdadeira Sociedade das Nações e a protecção eficaz do fraco contra o forte, a garantia sólida do direito. Todos sabem que esta maravilhosa unidade se rompeu com a Reforma e desapareceu definitivamente com Westphália, criadora do chamado equilibrio europeu que, na opinião de Comte, occasionou mais guerras do que evitou. Ao equilibrio de poderes, fundado no Catholicismo Romano, como a Idade Média o concebem, cremos nós que se deve voltar. Sem elle não é possível a desejada paz internacional, nem a paz interna pode ser assegurada só pela força. É preciso um poder espiritual, que vele pela justiça e pela harmonia das relações entre os povos, e que evite dentro de cada país a intromissão abusiva do «temporal» num domínio que lhe é estranho. Não se trata de taccracia, porque esta é a confusão dos dois poderes, que nunca a Igreja defendeu. Trata-se, sim, do único sistema racional que evita a selvageria pagã de se considerar a força, como único juiz para decidir contendas, — sobre o direito, sobre a justiça, sobre todos os principios morais... Para quem, hesitando ainda na questão, melindrosissima e tantas vezes dolorosa para as consciências, dos limites da jurisdicção temporal e da espiritual, queria esclarecer-se, este trabalho de António Sardinha fornece-lhe elementos preciosos.

No que se refere ao tributo prestado à Santa Sé, vê-se que D. Afonso Henriques praticou um acto politico tão hábil quanto só por si garantiu a independência definitiva da nação que se constituía, acolhendo-se à sombra protectora dum poder inerte diante do qual vergaram reis e imperadores. O censo não era mais do que o sinal de dependência que afastava para bem longe as pretensões leonesas. «Portugal, se vive, se não foi estrangulado na sua infância débil, agradeça-se a Roma e à protecção desvelada dos seus pontífices.»

(Continua)

L. Ramos Ascensão

*POLITICA* recomenda a todos os seus camaradas e amigos os livros:

“Dois Nacionalismos”— Hipólito Raposo.

“A Realeza de D. Miguel”— D. Miguel Sotto-Maior.

“Da Hera nas Colunas”— António Sardinha.

## ao ritmo da Ampulheta

### GOVERNADOR... QUADRILHEIRO

O «Jornal das Colónias» no seu número de 30 de Julho, que mão amiga ora me envios, transcreve uma entrevista concedida pelo Governador do Banco de Angola à revista inglesa «The African World».

Exercendo um alto cargo de confiança da *Ditadora Nacional* e falando nessa qualidade para estrangeiros, parece que toda a circumspecção toda a sobreza, de que o sr. Cunha Leal usasse, não seria muita.

Aquí têm porém os nossos leitores algumas das certamente sensatas afirmações do Governador do Banco de Angola, à citada revista inglesa:

«No seu trabalho de reorganização económica e financeira do País, a República foi, diz o sr. Cunha Leal, desde o seu alvorecer, perturbada pelas revoltas e incursões monárquicas.

.....  
Crises políticas, desordens financeiras, económicas e sociais, concorreram para tornar o campo propício às intervenções claras ou ocultas dos monárquicos.

Podimos então no sr. Cunha Leal que nos falasse da obra levada a cabo pela República Portuguesa nas nossas vastas províncias ultramarinas e nos dissesse se ali também a sua acção tem sido dificultada pelos elementos reacconários.»

A rudo epidérmico política do sr. Cunha Leal, não sentia a impertinência da pergunta, não plenamente justificada pela desensultura e liberdade das suas anteriores declarações, de modo que a entrevista continuou:

.....  
O Milagre em Angola é absolutamente de entotecer...

Cerca de 20.000 quilómetros de estradas para automóveis, surgidas quasi todas nos últimos anos, qualquer coisa como 2.500 quilómetros de caminhos de ferro, a maior parte dos quais construídos depois de 1910...

A obra em prol das populações indígenas que a República tem sabido levar a cabo é um padrão...»

Num pequeno prólogo à transcrição da entrevista, o «Jornal das Colónias» apelida o sr. Cunha Leal de... notável estadista.

É pena que o notável estadista por lapso de memória certamente, tivesse occultado à «The African World», o nome do General Norton de Matos, a quem Angola deve a maior e melhor parte da sua rede de estradas e de telegrafia com o sem fios, e cuja obra o actual Governador do Banco de Angola tão encarecidamente combatex.

Esqueceu ainda no sr. Governador, mencionar todos aqueles movimentos que, justamente por não serem reacconários, tanto impulsionaram, certamente, a vida financeira da República e do nosso império colonial. Confessamos lealmente que nos são recordamos de todos. Mas quem ignora o salutar efeito na nossa economia colonial, dos gloriosos movimentos de 14 de Maio, 10 de Outubro e 7 de Fevereiro?

Quem poderá esquecer essa obra notável da República em prol das populações indígenas, que foi o abandono das missões religiosas e a criação das admiráveis missões laicas?

Embora sejamos reacconários confessamos que o sr. Cunha Leal tem razão.

Sempre os reacconários têm impedido a reorganização financeira da República e das Colónias.

Ray d'Almargem.

## CABRAL SACADURA

Interno de Cirurgia dos Hospitais Civis

**PARTOS - SIFILIS**

CONSULTAS - Largo José Fontana, 12-2.º

As 16 horas

## DR. MÁRIO CARDIA

MÉDICO DOS HOSPITAIS

Doenças das mulheres, Partos, Cirurgia.

Tratamento por raios e electricidade

AVENIDA DOS ALIADOS, 81, 1.º - PORTO

TELEF. 4907

## MIRA DA SILVA

MEDICO

AV. ALMIRANTE REIS, 57-A, 1.º

LISBOA

## DR. COSTA FELIX

Interno de Cirurgia dos Hospitais Civis

CONSULTAS

LISBOA: Rua 16 de Setembro, 22 - Tel. C. 200

As 14 h.

SAFONE: R. Paulo Sampaio

As 17,30 h.

## PIANOS SCHWECHTEN

Os melhores entre os melhores

REPRESENTANTES

**OLAVO CRUZ, L.ª**

L. Trindade Coelho, G

LISBOA

Não ha CAPE como o de

## A Paulistana

À VENDA NO

Largo de S. Domingos, 12

n.º 44 Av. Fontes Pereira de Melo, 52-52 B  
(a 200 metros)

## AFONSO LUCAS

ADVOGADO

RUA ARCO DO BANDEIRA, 78, 2.º

TELEFONE C. 642

LISBOA

## EXAMES EM OUTUBRO

(Admissão à Universidade)

Prepara na secção de sciencias  
o conhecido professor de mathematica  
**Reis d'Azevedo**

R. DA FÉ, 12, 2.º - TELEFONE N. 3799

## MARTINHO NOBRE DE MELLO

ADVOGADO

RUA DE SANTA JUSTA, 82, 2.º

Telef. N. 4882

LISBOA

## A. NUNES E SILVA

ADVOGADO

TEL. C. 642

RUA ARCO DO BANDEIRA, 70, 2.º

LISBOA

## SOUSA TAVARES, L.ª

### LIVRARIA CATHOLICA

Casa fundada em 1806

TELEFONE 1204 T.

220, R. AUGUSTA, 222

LISBOA

Imagens, crucifixos, souvenirs, beneditinas

—  
Livros de missa

—  
Medalhas, gravuras e molduras

—  
Resumos

—  
Objectos para brindes

—  
Reparações de todo o genero

ENCADERNAÇÕES SIMPLES E DE LUXO

Depositos de Aposol de La Pólen

